

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Decreto n.º 12/90****de 2 de Maio**

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É aprovada, para ratificação, a Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra, assinada em Andorra e Lisboa, respectivamente em 28 de Janeiro e 11 de Março de 1988, cujos textos originais em português e andorrano, fazendo igualmente fé, vão anexos ao presente decreto.

Art. 2.º É aprovado o Acordo Administrativo relativo às modalidades de aplicação da Convenção de Segurança Social entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra, assinado em Andorra e em Lisboa, respectivamente em 28 de Janeiro e 11 de Março de 1988, cujos textos originais em português e andorrano, fazendo igualmente fé, vão anexos ao presente decreto.

Art. 3.º O disposto no artigo anterior produz efeitos após a entrada em vigor da Convenção referida no artigo 1.º

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Março de 1990. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro* — *José Albino da Silva Penada*.

Ratificado em 5 de Abril de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Abril de 1990.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**CONVENÇÃO SOBRE SEGURANÇA SOCIAL ENTRE
A REPÚBLICA PORTUGUESA E O PRINCIPADO DE ANDORRA**

TÍTULO I**Disposições gerais****ARTIGO 1.º**

Para efeitos da aplicação da presente Convenção:

a) O termo «território» designa:

No que respeita à República Portuguesa: o território de Portugal no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira (designado a seguir pelo termo «Portugal»);

No que respeita ao Principado de Andorra: o território dos Vales de Andorra;

b) O termo «nacional» designa:

No que respeita a Portugal: uma pessoa de nacionalidade portuguesa;

No que respeita ao Principado de Andorra: uma pessoa de nacionalidade andorrana;

- c) O termo «segurado» designa as pessoas sujeitas às legislações a que se aplica a presente Convenção;
- d) O termo «legislação» designa as leis, os regulamentos, as disposições estatutárias e quaisquer outras medidas de aplicação a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º;
- e) O termo «autoridade competente» designa:

Em relação a Portugal: o ministro, os ministros ou a autoridade correspondente de que depende a aplicação das legislações a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º;

Em relação a Andorra: o Chefe do Governo, ou, por delegação, o ministro competente, e o presidente do conselho de administração da Caixa em representação da instituição da qual depende a aplicação das legislações mencionadas no n.º 1 do artigo 2.º;

- f) O termo «instituição competente» designa a instituição em que o segurado estiver inscrito na data do pedido de prestações ou por parte da qual tem ou teria direito a prestações se residisse no território da Parte Contratante em que se encontra essa instituição;
- g) O termo «Parte Contratante» designa cada um dos dois Estados signatários da presente Convenção;
- h) O termo «residência» significa a residência habitual;
- i) O termo «estada» significa a estada temporária;
- j) O termo «instituição do lugar de residência» designa a instituição com poderes para conceder as prestações no lugar em que reside o interessado, em conformidade com a legislação aplicável por essa instituição;
- k) O termo «instituição do lugar de estada» designa a instituição com poderes para conceder as prestações no lugar em que o interessado se encontre temporariamente, em conformidade com a legislação aplicável por essa instituição;
- l) O termo «familiares» designa as pessoas definidas ou reconhecidas como tal pela legislação da Parte Contratante em cujo território residam;
- m) O termo «sobreviventes» designa as pessoas definidas ou reconhecidas como tal pela legislação nos termos da qual as prestações são concedidas;
- n) O termo «períodos de seguro» designa os períodos de contribuições ou de trabalho definidos ou reconhecidos como períodos de seguro pela legislação nos termos da qual foram cumpridos ou são considerados como cumpridos, bem como quaisquer dos períodos equiparados na medida em que são reconhecidos por essa legislação como equivalentes a períodos de seguro;
- o) Os termos «prestações», «pensões» ou «rendas» designam as prestações, pensões ou rendas, incluindo todos os elementos a cargo do erário público, as melhorias de revalorização ou subsídios suplementares, bem como os pagamentos em capital que substituam uma pensão;

- p) Qualquer outro termo usado na presente Convenção tem o significado que lhe é atribuído pela legislação correspondente.

ARTIGO 2.º

1 — A presente Convenção aplica-se:

A) Em Portugal, às legislações sobre:

- a) O regime geral de segurança social relativo à doença, maternidade, invalidez, velhice e morte;
- b) Os regimes especiais de segurança social;
- c) Os acidentes de trabalho e as doenças profissionais;

B) No Principado de Andorra, às legislações do regime de segurança social sobre:

- a) Doença (regime geral), acidentes de trabalho, doenças profissionais, maternidade e subsídio de doença;
- b) Invalidez por doença e por acidentes de trabalho;
- c) Doença (regime complementar);
- d) Velhice;
- e) Morte e sobrevivência.

2 — A presente Convenção aplica-se igualmente a todos os actos legislativos ou regulamentares que tenham modificado ou completado ou que venham a modificar ou completar as legislações enumeradas no n.º 1 do presente artigo.

No entanto, somente se aplicará:

- a) Aos actos legislativos ou regulamentares que cubram um novo ramo de segurança social, se for estabelecido um acordo, para esse efeito, entre as Partes Contratantes;
- b) Aos actos legislativos ou regulamentares que estendam os regimes existentes a novas categorias de segurados, se não houver oposição a esse respeito do Governo da Parte Contratante no prazo de três meses a contar da data da publicação oficial dos mesmos actos.

3 — A presente Convenção não se aplica à acção social nem aos regimes especiais dos funcionários públicos ou do pessoal equiparado.

ARTIGO 3.º

1 — A presente Convenção aplica-se às pessoas que estejam ou tenham estado sujeitas às legislações referidas no artigo 2.º, bem como aos seus familiares e sobreviventes.

2 — As disposições da presente Convenção não são aplicáveis aos agentes diplomáticos e consulares de carreira, incluindo os funcionários pertencentes ao quadro das chancelarias.

ARTIGO 4.º

Salvo o disposto na presente Convenção, as pessoas mencionadas no n.º 1 do artigo 3.º, independentemente da sua nacionalidade, estão sujeitas à legislação de uma

Parte Contratante e têm direito aos benefícios dela resultantes, nas mesmas condições que os nacionais dessa Parte.

ARTIGO 5.º

As pessoas que estejam ou tenham estado sujeitas às legislações referidas no artigo 2.º têm a faculdade de se inscrever no seguro voluntário ou facultativo continuado da Parte Contratante onde residem, nas mesmas condições que os nacionais dessa Parte, tomando-se em conta, se necessário, os períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação da outra Parte.

ARTIGO 6.º

1 — As prestações pecuniárias concedidas por força das legislações previstas no n.º 1 do artigo 2.º são pagas aos beneficiários pela instituição competente ainda que estes beneficiários transfiram a sua residência para o território da outra Parte.

2 — As prestações pecuniárias de segurança social de uma das Partes Contratantes são pagas às pessoas referidas no artigo 3.º, mesmo que residam em terceiro país.

ARTIGO 7.º

As cláusulas de redução, de suspensão ou de supressão previstas pela legislação de uma Parte Contratante, no caso de cumulação de uma prestação com outras prestações ou com outros rendimentos, ou pelo facto do exercício de uma actividade profissional, são oponíveis ao beneficiário, mesmo que se trate de prestações adquiridas nos termos da legislação da outra Parte Contratante ou de rendimentos obtidos no território da outra Parte Contratante.

Todavia, esta regra não se aplica no caso de o interessado beneficiar de prestações da mesma natureza de invalidez que sejam liquidadas pelas instituições das duas Partes Contratantes em conformidade com o disposto no artigo 20.º da presente Convenção.

TÍTULO II

Determinação da legislação aplicável

ARTIGO 8.º

Salvo o disposto nos artigos 9.º e 10.º, os trabalhadores ocupados no território de uma Parte Contratante estão exclusivamente sujeitos à legislação dessa Parte, mesmo que residam no território da outra Parte ou que a entidade patronal que os ocupa tenha o seu domicílio social no território da última Parte.

ARTIGO 9.º

À regra enunciada no artigo 8.º estabelecem-se as seguintes excepções:

- a) Os trabalhadores ocupados no território de uma Parte Contratante por uma entidade patronal de que normalmente dependem, que são desta-

cados para o território da outra Parte Contratante a fim de aí efectuarem um determinado trabalho por conta desta entidade patronal, continuam sujeitos à legislação da primeira Parte, desde que a duração previsível deste trabalho não exceda 24 meses;

- b) Os trabalhadores itinerantes ao serviço de uma entidade patronal que efectue transportes terrestres de passageiros ou de mercadorias e tenha domicílio social no território de uma das Partes Contratantes estão sujeitos à legislação da Parte Contratante em cujo território a entidade patronal tem o domicílio social, seja qual for a Parte Contratante em cujo território o trabalhador resida.

ARTIGO 10.º

As autoridades competentes das Partes Contratantes podem estabelecer de comum acordo excepções ao disposto nos artigos 8.º e 9.º no interesse dos trabalhadores.

TÍTULO III

Disposições especiais relativas às diferentes categorias de prestações

CAPÍTULO I

Doença e maternidade

ARTIGO 11.º

Com vista à aquisição, manutenção ou recuperação do direito às prestações de doença e de maternidade, quando um segurado tenha estado sujeito, sucessiva ou alternadamente, à legislação das duas Partes Contratantes, os períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação de cada uma das Partes são totalizados, se necessário, desde que não se sobreponham.

ARTIGO 12.º

1 — O segurado que resida no território da Parte Contratante que não seja o Estado competente e que satisfaz as condições exigidas pela legislação deste Estado para ter direito às prestações, tendo em conta, eventualmente, o disposto no artigo 11.º, beneficia no país da sua residência:

- a) Das prestações em espécie concedidas, por conta da instituição competente, pela instituição do lugar de residência, em conformidade com a legislação por ela aplicável;
- b) Das prestações pecuniárias pagas pela instituição competente, em conformidade com as disposições da legislação por ela aplicável.

2 — O disposto no n.º 1 é aplicável, por analogia, aos familiares que residam no território da Parte Contratante que não seja o Estado competente. No entanto, quando os familiares, no país de sua residência, exercerem uma actividade profissional ou beneficiarem de

prestações pecuniárias de segurança social que lhes abram direito a prestações em espécie, não lhes é aplicável o disposto no presente artigo.

ARTIGO 13.º

Um segurado ao abrigo da legislação de uma das Partes Contratantes que se desloque ao território da outra Parte e não satisfaça as condições requeridas para beneficiar das prestações nos termos da legislação desta última Parte, mas que ainda teria direito a prestações nos termos da legislação da primeira Parte se se encontrasse no território dessa primeira Parte, conserva esse direito desde que a eventualidade ocorra dentro de um período de 30 dias a contar do último dia em que esteve sujeito ao seguro obrigatório da primeira Parte.

Neste caso, o disposto no n.º 1 do artigo 12.º é aplicável por analogia.

ARTIGO 14.º

O segurado e seus familiares referidos no artigo 12.º que se encontrem em estada temporária no país da instituição competente ou que para este transfiram a sua residência beneficiam das prestações em conformidade com o disposto na legislação desse país, ainda que já tenham beneficiado de prestações antes da sua estada ou da transferência de residência, respectivamente. Se a legislação aplicada pela instituição competente prevê um prazo máximo para a concessão das prestações, é tomado em conta o período de concessão dessas mesmas prestações efectuadas imediatamente antes da transferência de residência ou da estada temporária.

ARTIGO 15.º

1 — Um segurado que satisfaz as condições exigidas pela legislação de uma das Partes Contratantes para ter direito às prestações beneficia das prestações, por ocasião de uma estada no território da outra Parte Contratante, quando o seu estado venha a necessitar de cuidados de saúde de carácter imediato.

2 — Um segurado admitido ao benefício das prestações por conta de uma instituição de uma das Partes Contratantes que reside no território da referida Parte conserva este benefício quando transfira a sua residência para o território da Parte de que é nacional. Todavia, antes da transferência, o segurado deve obter autorização da instituição competente. A autorização só pode ser recusada se a deslocação do interessado puder comprometer o seu estado de saúde ou a aplicação de tratamento médico.

3 — Quando um segurado tenha direito a prestações nos termos do disposto nos números anteriores, as prestações em espécie são concedidas a cargo da instituição competente pela instituição do lugar de residência ou de estada, em conformidade com as disposições da legislação aplicável por esta instituição, particularmente no que respeita à extensão e às modalidades de concessão das prestações em espécie; todavia, a duração da concessão destas prestações é a estabelecida pela legislação do Estado competente.

4 — Nos casos previstos nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, a concessão de próteses, de grande aparelhagem e de outras prestações em espécie de grande importância está sujeita, salvo em caso de urgência absoluta, à autorização da instituição competente.



Todavia, não é necessária tal autorização no que respeita às despesas reembolsáveis com base em montantes convencionais.

5 — As prestações pecuniárias nos casos previstos nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo são pagas directamente ao segurado pela instituição competente em conformidade com as disposições da legislação por ela aplicável.

6 — O disposto nos números anteriores é aplicável por analogia aos familiares do segurado.

ARTIGO 16.º

1 — Quando o titular de pensões ou rendas devidas por força das legislações das duas Partes Contratantes tiver direito a prestações em espécie nos termos da legislação da Parte em cujo território resida, estas prestações são concedidas àquele titular e aos seus familiares pela instituição do lugar de residência e a cargo desta instituição.

2 — Quando o titular de uma pensão ou renda devida exclusivamente por força da legislação de uma Parte Contratante residir no território da outra Parte, as prestações em espécie a que tem direito nos termos da legislação da primeira Parte ou a que teria direito se residisse no território desta Parte são concedidas àquele titular e aos seus familiares pela instituição do lugar de residência, em conformidade com as disposições da legislação por ela aplicável, a cargo da instituição devedora da pensão ou renda.

3 — O titular de uma pensão ou renda devida por força da legislação de uma Parte Contratante que tiver direito a prestações em espécie nos termos da legislação dessa Parte beneficia das mesmas prestações, bem como os seus familiares, durante uma estada no território da Parte Contratante que não seja o de residência quando o seu estado necessitar imediatamente das prestações.

Estas prestações são concedidas pela instituição do lugar de estada, em conformidade com as disposições da legislação por ela aplicável a cargo da instituição competente (n.º 2) ou da instituição do lugar de residência (n.º 1) do titular, conforme o caso, sendo a duração da concessão destas prestações estabelecida pela legislação da Parte Contratante que as tem a cargo.

O disposto no n.º 4 do artigo 15.º é aplicável por analogia.

ARTIGO 17.º

1 — As prestações em espécie concedidas nos termos do disposto nos artigos 12.º, 13.º e 14.º, nos n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 15.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º são objecto de reembolso por parte das instituições competentes ou das instituições do lugar de residência, conforme o caso, às instituições que as concederam.

2 — Os montantes a reembolsar são determinados e efectuados segundo as modalidades a fixar por acordo administrativo, quer mediante justificação de despesas efectivas, quer na base de montantes convencionais.

CAPÍTULO II

Velhice e sobrevivência

ARTIGO 18.º

1 — Com vista à aquisição, manutenção ou recuperação do direito a prestações, de velhice ou de sobre-

vivência quando um segurado tenha estado sujeito, sucessiva ou alternadamente, à legislação de ambas as Partes Contratantes, os períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação de cada uma das Partes são totalizados, se necessário, desde que não se sobreponham.

2 — Os períodos de seguro cumpridos por um segurado ao abrigo de um regime de segurança social de uma Parte Contratante ao qual não é aplicável a presente Convenção, mas que sejam tomados em conta para efeitos de um regime a que a Convenção se aplica, são considerados como períodos de seguro a tomar em conta para efeitos da totalização.

3 — Os períodos de seguro cumpridos por um segurado ao abrigo do regime de segurança social de terceiros países serão tomados em conta e totalizados para a abertura do direito às prestações previstas no n.º 1 desde que a Parte Contratante que procede à totalização de períodos tenha estabelecido por convenção disposições semelhantes com esses terceiros países.

ARTIGO 19.º

1 — A instituição de cada Parte Contratante verifica, em conformidade com as disposições da legislação por ela aplicável, se o segurado satisfaz as condições exigidas para ter direito às prestações, tendo em conta o disposto no artigo 18.º

2 — No caso de o segurado preencher essas condições, a referida instituição determina o montante da prestação directa e exclusivamente com base nos períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação por ela aplicável.

3 — Quando a soma das prestações concedidas pelas instituições competentes das Partes Contratantes for inferior ao montante mínimo estabelecido pela legislação portuguesa, o segurado tem direito a um complemento igual à diferença entre aquele mínimo e a soma das prestações a que tem direito, ficando o referido complemento a cargo da instituição portuguesa.

CAPÍTULO III

Invalidez

ARTIGO 20.º

O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 18.º da presente Convenção será aplicado por analogia às prestações por invalidez que venham a conceder-se segundo as disposições das legislações das duas Partes Contratantes.

Para efeitos de determinação e cálculo das prestações ter-se-ão em conta as disposições seguintes.

1 — A instituição competente de cada uma das Partes Contratantes determinará, em conformidade com a sua própria legislação, se o segurado satisfaz as condições exigidas para ter direito às prestações de invalidez, aplicando a totalização dos períodos de seguro estabelecida nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 18.º, e calculará então o montante da prestação à qual teria direito o segurado se todos os períodos de seguro totalizados tivessem sido efectuados segundo a sua própria legislação (pensão teórica).

2 — Se o segurado tiver direito somente à pensão de uma das duas Partes Contratantes, receberá o montante da pensão teórica dessa Parte Contratante, cujo encargo caberá exclusivamente à instituição dessa mesma Parte.

3 — Sobre a base do montante referido no n.º 1, cada instituição reduzirá o montante da sua pensão teórica na proporção entre os períodos de seguro cumpridos pelo segurado nos termos da respectiva legislação e a totalidade dos períodos de seguro cumpridos em ambas as Partes no momento em que ocorreu o evento determinante (pensão prorratizada).

4 — Quando o segurado tiver direito a uma pensão por aplicação exclusiva da legislação interna de uma ou de ambas as Partes Contratantes e o montante dessa pensão for superior à soma das pensões prorratizadas de cada Parte, o segurado terá direito a um complemento igual à diferença entre a pensão interna mais elevada e a soma das pensões prorratizadas.

Este complemento será pago ao segurado pela instituição competente cuja pensão interna for de montante mais elevado.

5 — As pensões prorratizadas e os complementos a que se refere o presente artigo serão actualizados por cada instituição competente aplicando a sua própria legislação.

ARTIGO 21.º

1 — Quando, após a suspensão da pensão de invalidez, dever ser novamente efectuada a sua concessão, esta ficará a cargo das instituições competentes devidoras das prestações no momento em que foram suspensas.

2 — Se, após a supressão de uma pensão de invalidez, a evolução do estado de saúde do segurado justificar a concessão de nova pensão, esta é concedida em conformidade com o disposto no artigo 20.º

CAPÍTULO IV

Acidentes de trabalho e doenças profissionais

ARTIGO 22.º

1 — O direito às prestações derivadas de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais será determinado em conformidade com a legislação da Parte Contratante aplicável ao segurado por ocasião do acidente ou de exercício da actividade susceptível de causar a doença profissional, mesmo que esta tenha sido verificada em primeiro lugar no território da outra Parte Contratante.

2 — Quando o segurado tiver sofrido um acidente de trabalho ou contraído uma doença profissional a que se aplique a legislação de uma Parte Contratante e, posteriormente, sofrer um acidente de trabalho ou contrair uma doença profissional a que se aplique a legislação da outra Parte Contratante, para o efeito de determinar o grau da incapacidade ao abrigo da legislação da última Parte Contratante, ter-se-á em conta o primeiro acidente ou doença profissional como se a legislação da última Parte Contratante fosse aplicável.

3 — O disposto no capítulo I, relativo à doença e maternidade, é aplicável, por analogia, às prestações em espécie concedidas nos termos da legislação relativa aos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

TÍTULO IV

Disposições diversas

ARTIGO 23.º

As autoridades competentes:

- a) Celebram os acordos administrativos necessários à aplicação da presente Convenção;
- b) Comunicam mutuamente quaisquer informações relativas às medidas tomadas para a aplicação da presente Convenção;
- c) Comunicam entre si quaisquer informações relativas às modificações das suas legislações susceptíveis de afectarem a aplicação da presente Convenção.

ARTIGO 24.º

Para aplicação da presente Convenção, as autoridades e as instituições das duas Partes Contratantes prestam mutuamente os seus bons ofícios e a colaboração técnica e administrativa necessária como se se tratasse da aplicação da própria legislação.

ARTIGO 25.º

1 — O benefício de isenções ou reduções de taxas, de selos, de emolumentos notariais ou de registo, previsto pela legislação de uma Parte Contratante em relação a quaisquer actos ou documentos a apresentar em aplicação da legislação dessa Parte, é extensivo a quaisquer actos ou documentos análogos a apresentar em aplicação da legislação da outra Parte Contratante ou da presente Convenção.

2 — Todos os actos e quaisquer documentos a apresentar para efeitos da presente Convenção são dispensados de visto de legalização ou de legitimação.

ARTIGO 26.º

1 — Os pedidos, declarações ou recursos que deveriam ser apresentados, em aplicação da legislação de uma Parte Contratante em determinado prazo, a uma autoridade ou instituição dessa Parte são admissíveis se forem apresentados no mesmo prazo a uma autoridade ou instituição da outra Parte Contratante.

2 — Qualquer pedido de prestações apresentado nos termos da legislação de uma Parte Contratante será considerado como um pedido correspondente nos termos da legislação da outra Parte.

3 — Para efeito do previsto nos números anteriores a autoridade ou a instituição a que tenha sido submetido o assunto transmite sem demora aqueles pedidos, declarações ou recursos à autoridade ou à instituição competente da primeira Parte.

ARTIGO 27.º

Quando a instituição de uma Parte Contratante tiver pago a um beneficiário uma quantia que excede

aquela a que tem direito, essa instituição, nas condições e limites previstos na legislação por ela aplicável, pode pedir à instituição da outra Parte Contratante, devedora de prestações em favor desse beneficiário, para deduzir o montante pago em excesso nas quantias que esta instituição paga ao beneficiário. Esta última instituição procede à dedução nas condições e limites previstos para uma tal compensação na legislação por ela aplicável, como se se tratasse de quantias pagas em excesso por ela própria, e transfere o montante deduzido para a instituição credora.

ARTIGO 28.º

1 — A instituição competente poderá pagar ao beneficiário um adiantamento durante a instrução do processo administrativo.

2 — A concessão deste adiantamento será discricionária e fundamentada principalmente na situação de necessidade do beneficiário, na comprovação do seu provável direito à prestação solicitada e na duração da instrução definitiva do processo.

3 — No caso de a instituição competente de uma Parte Contratante ter concedido adiantamentos a um beneficiário, a instituição competente da outra Parte poderá deduzir o referido adiantamento dos pagamentos de prestações retroactivas que vierem a processar-se ao referido beneficiário a pedido da primeira instituição.

ARTIGO 29.º

1 — Qualquer diferendo que venha a surgir entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou a aplicação da presente Convenção será objecto de negociações directas entre as autoridades competentes.

2 — Se o diferendo não for resolvido no prazo de seis meses a contar do primeiro pedido com vista à abertura das negociações previstas no n.º 1 do presente artigo, será submetido a uma comissão arbitral, cuja composição e normas de procedimento serão estabelecidas por acordo entre as Partes Contratantes. A comissão arbitral deverá resolver o diferendo em conformidade com os princípios fundamentais e o espírito da presente Convenção. As decisões da comissão arbitral serão obrigatórias e definitivas.

ARTIGO 30.º

1 — Não serão prejudicados pela presente Convenção os direitos adquiridos antes da sua entrada em vigor.

2 — A presente Convenção aplica-se também a eventos ocorridos antes da sua entrada em vigor. Contudo, não podem ser pagas prestações por força desta Convenção relativamente a quaisquer períodos anteriores à sua entrada em vigor, embora os períodos de seguro cumpridos antes da referida entrada em vigor devam ser tidos em conta para a determinação das prestações.

3 — As prestações que não tenham sido concedidas em virtude da nacionalidade do interessado ou que tenham sido suspensas por causa da residência no território da outra Parte Contratante deverão, a requerimento do interessado, ser concedidas ou retomadas com efeitos a partir da data de entrada em vigor desta Convenção.

4 — As normas das legislações das Partes Contratantes relativas à prescrição e extinção do direito às prestações não se aplicarão a direitos emergentes do disposto nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, desde que o interessado apresente o requerimento da prestação no prazo de dois anos após a entrada em vigor desta Convenção.

ARTIGO 31.º

1 — A presente Convenção terá uma duração ilimitada.

2 — Pode ser denunciada por cada uma das Partes Contratantes. A denúncia deverá ser notificada dentro do prazo mínimo de seis meses antes do termo do ano civil em curso; neste caso, a Convenção deixará de estar em vigor no final desse ano.

3 — Em caso de denúncia da presente Convenção, são mantidos os direitos adquiridos nos termos das suas disposições.

ARTIGO 32.º

1 — A presente Convenção será aprovada ou ratificada e os respectivos instrumentos serão trocados o mais breve possível.

2 — A presente Convenção entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês posterior ao da troca dos instrumentos referidos no número anterior.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para este efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em Andorra, em 28 de Janeiro de 1988, e em Lisboa, em 11 de Março de 1988, em dois exemplares, em cada uma das línguas portuguesa e andorrana, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Portuguesa:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Governo do Principado de Andorra:

(Assinaturas ilegíveis.)

CONVENI DE SEURETAT SOCIAL ENTRE LA REPUBLICA PORTUGUESA I EL PRINCIPAT D'ANDORRA

TITOL I

Disposicions generals

ARTICLE 1

Per a l'aplicacio del present Conveni:

a) El terme «territori» significa:

En relacio a la Republica Portuguesa: el territori de Portugal sobre el Continent Europeu i els arxipèlags d'Açores i de Madeira (designat posteriorment pel terme «Portugal»);

En relacio al Principat d'Andorra: el territori de les Valls d'Andorra;

b) El terme «nacional» designa:

En relacio amb Andorra: una persona de nacionalitat andorrana;



En relació amb Portugal: una persona de nacionalitat portuguesa;

- c) El terme «assegurat» designa les persones sotmeses a les legislacions que s'apliquen en relació al present Conveni;
- d) El terme «legislació» designa les lleis, els reglaments, altres disposicions i reglaments d'aplicació citats en l'article 2 (paràgraf 1);
- e) El terme «autoritat competent», en relació amb Portugal, designa el ministre, els ministres o les autoritats corresponents dels quals depèn l'aplicació de les legislacions designades en l'article 2 paràgraf 1; en relació amb Andorra, el M.I. Cap de Govern, el M.I. Conseller per ell designat, i el President del Consell d'Administració de la CASS en representació de la institució de la qual depèn l'aplicació de les legislacions designades en l'article 2, paràgraf 1;
- f) El terme «institució competent» significa la institució a la qual l'assegurat està inscrit al moment de la petició de les prestacions o a càrrec de la qual té o tindria dret a prestacions si tingués la residència sobre el territori de la part contractant on es troba aquesta institució;
- g) El terme «Part Contractant» designa cada un dels 2 estats signataris del present Conveni;
- h) El terme «residència» significa el lloc de la residència habitual;
- i) El terme «estada» significa l'estada temporal, o el sojorn;
- j) El terme «institució del lloc de residència» designa la institució habilitada a servir les prestacions de les quals tracten en l'indret on l'interessat resideix segons la legislació de la Part Contractant que aquesta institució aplica habitualment;
- k) El terme «institució del lloc d'estada temporal» designa la institució habilitada a servir les prestacions de les quals tracten en l'indret on l'interessat sojorna temporalment segons la legislació de la Part Contractant que aquesta institució aplica habitualment;
- l) «Beneficiaris» les persones definides com aïtals, i equiparades a elles, per la legislació aplicable;
- m) El terme «supervivents» designa les persones definides o admeses com a tals per la legislació, en base de la qual les prestacions son atorgades;
- n) El terme «període d'assegurança» designa els períodes de cotització o de treball que son definits o admesos com a períodes d'assegurança per la legislació en la qual han estat realitzats, així com tots els períodes assimilats, en el cas on estan reconeguts per aquesta legislació com equivalents a períodes d'assegurança;
- o) El terme «prestacions», «pensions» o «rendes» designen totes les prestacions, pensions o rendes incluint tots els elements a càrrec de l'erari públic, les millores degudes a revalorització o suplementos previstos en la legislació, així com les prestacions en forma de capital substitutives de les pensions o rendes;
- p) Qualsevol altra expressió i terme utilitzat en el Conveni tenen el significat que els hi sigui atribuït en la legislació corresponent.

ARTICLE 2

1 — El present Conveni s'aplicarà:

A) A Portugal, a les legislacions sobre:

- a) El règim general de Seguretat Social relatiu a malaltia, maternitat, invalidesa, vellesa i defunció;
- b) Els règims especials de Seguretat Social;
- c) Accidents de treball i malalties professionals;

B) Al Principat d'Andorra, a les disposicions legals del Règim Andorrà de Seguretat Social sobre:

- a) Malaltia (Règim General), accident de treball, malaltia professional, maternitat, incapacitat laboral transitoria;
- b) Invalidesa de malaltia o accident de treball;
- c) Malaltia (Règim Complementari);
- d) Vellesa;
- e) Mort i supervivència.

2 — El present Conveni s'aplica també a tots els actes legislatius o reglamentaris que han modificat o completat o que modificaran o completaran les legislacions citades en el paràgraf 1er. del present article.

No obstant no s'aplicarà:

- a) Als actes legislatius o reglamentaris definint una nova branca de la Seguretat Social, menys en el cas on un acord intervingui entre les parts contractants;
- b) Als actes legislatius o reglamentaris que ampliaran els règims existents a noves categories de assegurats sempre i quan no hi hagi oposició del Govern de la part contractant interessada, notificada al Govern de l'altra part contractant, en un termini de tres mesos a partir de la publicació oficial dels esmentats actes.

3 — El present Conveni no s'aplica ni a l'ajuda Benefic Social ni als règims especials dels funcionaris o personal assimilat.

ARTICLE 3

1 — El present Conveni s'aplica a les persones que estan o que han estat sotmeses a les legislacions esmentades en l'article 2, així com a llurs familiars i als sobrevivents.

2 — Les disposicions del present Conveni no s'apliquen als agents diplomàtics i consulars de carrera, incluint els funcionaris pertanyents a les Cancelleries.

ARTICLE 4

Salvat les disposicions del present Conveni, les persones mencionades en l'article 3, paràgraf 1, independentment de la seva nacionalitat, estan sotmeses a la legislació d'una part contractant i tenen dret als beneficis de la mateixa, en les mateixes condicions que els nacionals d'aquesta Part.

ARTICLE 5

Les persones que estan o han estat sotmeses a les legislacions definides en l'article 2 tenen la facultat

d'afiliar-se al règim d'assegurança voluntària o al règim «Facultativa continuado», de la part contractant on resideixen, en les mateixes condicions que els nacionals d'aquesta part, tenint en compte, si es necessari, els períodes d'assegurança compresos en aplicació de les legislacions de l'altra part.

ARTICLE 6

1 — Les prestacions econòmiques servides en aplicació de les legislacions definides en l'article 2, paràgraf 1, seran pagades a l'assegurat per la Institució competent inclos en el cas que l'assegurat traslladi la seva residència en el territori de l'altra part.

2 — Les prestacions econòmiques del Règim de la seguretat social d'una de les parts contractants son pagades a les persones ressenyades a l'article 3, inclos en el cas que vagin a residir en el territori d'un país tercer.

ARTICLE 7

Les clausules de reducció, de suspensió o de supressió previstes per la legislació d'una part contractant en el cas de cumular una prestació amb d'altres prestacions o altres revinguts, o del fet de l'exercici d'una activitat professional, son oposables al beneficiari, inclos en el cas de prestacions adquirides en aplicació de la legislació de l'altra part contractant o si es tracta de revinguts obtinguts sobre el territori de l'altra part contractant.

No obstant aquesta norma no s'aplicarà en el cas que l'interessat rebí una pensió d'invalidesa de mateixa naturalesa, pagada per les dues parts contractants d'acord amb l'article 20 del present Conveni.

TITOL II

Determinació de la legislació aplicable

ARTICLE 8

Salvat les disposicions dels articles 9 i 10, els treballadors ocupats en el territori d'una part contractant son exclusivament subjectes a la legislació d'aquesta Part, inclos en el cas que resideixin en el territori de l'altra part, o que l'entitat patronal que els ocupa tingui el seu domicili social sobre el territori d'aquesta última part.

ARTICLE 9

El principi establert en l'article 8 comporta les excepcions següents:

- Els treballadors empleats sobre el territori d'una part contractant per una entitat patronal de la qual depenen normalment i que siguin enviats en el territori de l'altra part contractant per efectuar-hi un treball determinat continuaran subjectes a la legislació de la primera part sempre i quan la durada previsible d'aquest treball no excedeixi vint i quatre mesos;
- Els treballadors itinerants d'una entitat patronal que efectuïn transports terrestres de passatgers o de mercaderies i que tingui el seu domicili social en el territori d'una de les parts

contractants estan sotmesos a la legislació de la part contractant en el territori de la qual l'entitat patronal té el seu domicili social sigui quin sigui el país de residència del treballador.

ARTICLE 10

Les autoritats competents de les Parts Contractants poden preveure, de comú acord, excepcions als articles 8 i 9 a favor dels treballadors.

TITOL III

Disposicions particulars relatives als diferents tipus de prestacions

CAPITOL I

Malaltia i maternitat

ARTICLE 11

Per a l'adquisició, manteniment o recuperació del dret a l'assistència sanitària i prestacions per malaltia o maternitat, quan una persona hagi estat sotmesa successivament o alternativament a les disposicions legals de les dues Parts Contractants, els períodes d'assegurança complerts en virtut de la legislació de cada una de les Parts Contractants seran totalitzats, si necessari, sempre que no se superposin.

ARTICLE 12

1 — L'assegurat que resideix en el territori de la part contractant, diferent del Estat competent i que compleix les condicions requerides per la legislació d'aquest, per a tenir dret a les prestacions, compte tingut, eventualment, de lo disposat en l'article 11, beneficia en el país de residència:

- De les prestacions d'assistència sanitària preses en càrrec, pel compte de la institució competent, per la institució del lloc de residència, en les condicions d'aplicació de la legislació d'aquesta última;
- De les prestacions de salari pagades per la institució competent segons l'aplicació de la seva legislació.

2 — Les disposicions del paràgraf 1 s'apliquen per analogia als beneficiaris que resideixen en el territori de la part contractant que no sigui l'Estat competent.

No obstant això, les disposicions del present article no son aplicables als beneficiaris quan, en el país de la seva residència habitual, exerceixen una activitat o son beneficiaris de prestacions econòmiques donant dret a les prestacions d'assistència sanitària.

ARTICLE 13

Si un assegurat que ha estat sotmés a la legislació d'una de les parts contractants ha traslladat la seva residència en el territori de l'altra part i no compleix les condicions d'obertura de drets per a les prestacions en

aplicació de la legislació d'aquesta última Part, i si aquest mateix assegurat té encara dret a prestacions en aplicació de la legislació de la primera part, si es trobes en el territori d'aquesta, conserva el dret a prestacions a condició que l'acta generant la prestació es realitzi en el termini de 30 dies a partir de l'últim dia en el qual ha estat sotmés a l'assegurança obligatòria de la primera part.

En aquest cas les disposicions de l'article 12, paràgraf 1, s'aplicaran per analogia.

ARTICLE 14

L'assegurat i els seus beneficiaris, ressenyats en l'article 12, que es trobin en situació d'estada temporal o de residència en el país de la institució competent tenen dret a les prestacions segons les disposicions de la legislació d'aquest país, inclos en el cas que hagi rebut prestacions abans del trasllat de residència o de l'estada temporal. Si la legislació de la institució competent preveu una durada màxima per l'atorgament de prestacions, el període de concessió d'aquestes prestacions efectuades immediatament abans del trasllat de residència o de l'estada temporal està prè en compte.

ARTICLE 15

1 — L'assegurat que compleix les condicions previstes per la legislació d'una de les parts contractants per obrir dret a les prestacions tindria dret a aquestes prestacions en ocasió d'una estada temporal en el territori de l'altra part, quan necessita amb caràcter immediat assistència sanitària.

2 — L'assegurat beneficiari de prestacions a càrrec de la institució d'una de les parts contractants que resideixi sobre el territori de la dita part conserva el benefici quan trasllada la seva residència en el territori de la part de la qual és nacional. No obstant això, l'assegurat ha d'obtenir l'autorització de la institució competent abans de traslladar la seva residència. L'autorització pot ésser refusada solament en el cas que el trasllat de l'assegurat pugui comprometre el seu estat de salut o l'aplicació d'un tractament mèdic.

3 — Quan un assegurat té dret a prestacions en virtut de les disposicions dels paràgrafs anteriors, les prestacions d'assistència sanitària són atorgades a càrrec de la institució competent per la institució del lloc de l'estada temporal o de residència aplicant les disposicions de la legislació de dita institució, particularment a l'extensió i a les modalitats de concessió de les prestacions d'assistència sanitària.

La duració del dret a les prestacions és aquella prevista per la legislació de l'Estat competent.

4 — En els casos previstos en els paràgrafs 1 e 2 del present article, la concessió de protèsis, grans aparells i altres prestacions d'assistència sanitària de gran importància serà subordinada, tret dels casos d'urgència, a l'autorització de la institució competent.

No obstant això, l'autorització no serà exigida en els casos en què les despeses sanitàries siguin reembossades mitjançant imports preu fets convinguts.

5 — Les prestacions econòmiques seran pagades directament a l'assegurat, en els casos previstos en els paràgrafs 1 i 2 del present article, per la institució competent segons el que disposa la seva legislació.

6 — Les disposicions dels paràgrafs anteriors són aplicables per analogia als beneficiaris de l'assegurat.

ARTICLE 16

1 — Quan el titular d'una pensió o renda concedides per aplicació de la legislació d'ambdues parts contractants tingui dret a prestacions d'assistència sanitària d'acord amb la legislació de la part contractant en el territori de la qual resideixi, les dites prestacions seran servides al titular i als seus beneficiaris per la institució del país de residència i al seu càrrec.

2 — Quan el titular d'una pensió o renda concedides exclusivament per la legislació d'una de les parts contractants resideixi en el territori de l'altra Part, les prestacions d'assistència sanitària li seran servides, com també als seus beneficiaris, per la institució del país de residència, en virtut de l'aplicació de la legislació d'aquest últim país i a càrrec de la institució deutora de la pensió o renda.

3 — El titular d'una pensió o renda concedida en aplicació de la legislació d'una de les parts contractants, que li obre dret a les prestacions d'assistència sanitària, beneficia per ell mateix i els seus beneficiaris, d'aquestes prestacions en el curs d'una estada temporal en el territori de la part contractant altra que aquella on resideix normalment, quan la urgència del seu estat ho requereix. Aquestes prestacions són servides o reembossades per la institució del lloc d'estada temporal segons l'aplicació de la legislació d'aquest país, però el càrrec correspon ja sigui a la institució competent (paràgraf 2) ja sigui a la institució del lloc de residència del titular de la pensió (paràgraf 1), i la durada del dret a les prestacions és aquella prevista per la legislació de la Part contractant que les pren en càrrec.

Les disposicions de l'article 15, paràgraf 4, s'aplicaran per analogia.

ARTICLE 17

1 — Les prestacions d'assistència sanitària segons les disposicions dels articles 12, 13, 14 i 15, en els seus paràgrafs 1, 2 i 6, i article 16, en els seus paràgrafs 2 i 3, seran objecte de reembossament per part de la institució competent o de la institució del lloc de residència segons el cas a aquelles institucions que les han concedit.

2 — L'import de reembossament serà calculat i s'efectuarà segons les modalitats que fixa l'acord administratiu, ja sigui justificant les despeses efectives ja sigui mitjançant quotes globals.

CAPITOL II

Vel·lesa i supervivència

ARTICLE 18

1 — Per l'adquisició, conservació i recuperació del dret a les prestacions per vel·lesa i supervivència, quan un assegurat hagi estat sotmés successivament o alternativament a la legislació de les dues parts contractants, els períodes d'assegurança, acomplerts en virtut de la legislació de cada una de les parts seran totalitzats, si necessari, sempre que no se superposin.

2 — Els períodes d'assegurança que acrediti un assegurat, en la institució d'una part contractant a la qual no s'aplica el present Conveni, però tinguts en compte

per una altra institució aplicant el present Conveni, seran considerats com períodes d'assegurança a efectes de totalització.

3 — Els períodes d'assegurança acreditats per un assegurat en règim de seguretat social de tercers països seran presos en consideració i totalitzats per l'obertura dels drets de les prestacions previstes en el paràgraf 1 sempre que la part contractant que procedeixi a la totalització dels períodes hagi convingut disposicions similars amb aquests tercers països.

ARTICLE 19

1 — La institució de cada Part Contractant determina, en aplicació de la seva pròpia legislació si l'assegurador satisfà les condicions requerides per tenir dret a les prestacions, compte tingut de les disposicions de l'article 18.

2 — En el cas que l'assegurador satisfaci aquestes condicions, l'esmentada institució determina l'import de la prestació directament i exclusiva en base als períodes d'assegurança definits en la seva pròpia legislació.

3 — Si la suma de les prestacions concedides per les institucions competents d'ambdues parts és inferior a l'import mínim establert per la legislació portuguesa l'assegurador té dret a un complement igual a la diferència entre aquest mínim i la suma de les pensions que percebeix; dit complement anirà a càrrec de la institució portuguesa competent.

CAPITOL III

Invalidesa

ARTICLE 20

L'article 18, en els seus paràgrafs 1, 2 i 3, serà aplicat per analogia, a les prestacions per invalidesa que s'hagin de concedir segons les disposicions de la legislació de les dues parts contractants. A efectes de la determinació i càlcul de les prestacions es tindran en compte les següents disposicions:

1 — La institució competent de cada una de les Parts contractants determinarà, segons la seva pròpia legislació, si l'assegurador reuneix les condicions requerides per a tenir dret a les prestacions d'invalidesa aplicant obligatoriament la totalització dels períodes d'assegurança prevists en els paràgrafs 1, 2 i 3 de l'article 18, calcularà a les hores l'import de la prestació a la qual tindria dret l'assegurador, si tots els períodes d'assegurança totalitzats haguessin estat complerts sota la seva pròpia legislació (pensió teòrica).

2 — Si l'assegurador només té dret a percebre la pensió d'una de les dues parts contractants, rebrà l'import de la pensió teòrica d'aquesta part contractant, l'institució de la qual la pendrà en càrrec en la seva totalitat.

3 — Sobre la base de l'import referit en el paràgraf 1 cada institució reduirà l'import de la seva pensió teòrica en la proporció que existeixi entre els períodes d'assegurança complerts per l'assegurador sota la seva respectiva legislació i la totalitat dels períodes d'assegurança complerts en ambdues parts en el moment de produir-se el fet causant (pensió prorata).

4 — Si l'assegurador té dret a una pensió per aplicació exclusiva de la legislació interna d'una o d'ambdues parts contractants i l'import d'aquesta pensió fos su-

perior a la suma de les pensions prorratejades de cada part, l'assegurador tindrà dret a un complement igual a la diferència existent entre la pensió interna més elevada i la suma de les pensions prorratejades. Aquest complement serà abonat a l'assegurador per la institució competent, que tindrà la pensió interna més elevada.

5 — Les pensions prorratejades i els complements als quals es refereix el present article seran actualitzats per cada institució competents aplicant la seva pròpia legislació.

ARTICLE 21

1 — Si, després de la suspensió d'una pensió d'invalidesa, l'assegurador es reconegut novament com a tenint dret a la prestació, el pagament d'aquesta serà assumit per les institucions competents deutes en el moment de la suspensió.

2 — Si, després de la supressió d'una pensió d'invalidesa, l'evolució de l'estat de salut de l'assegurador justifica la concessió d'una nova pensió, aquesta serà otorgada en virtut de les disposicions de l'article 20.

CAPITOL IV

Accidents de treball i malalties professionals

ARTICLE 22

1 — Tota prestació derivada d'accident de treball o malaltia professional serà determinada en aplicació de la legislació de la institució competent de la Part Contractant en la qual s'hagi produït l'accident de treball o s'hagi desenvolupat l'activitat susceptible de causar la malaltia professional inclos en el cas que la primera constatació d'aquesta última es faci en el territori de l'altra part contractant.

2 — Si un assegurat ha sofert un accident de treball o contret una malaltia professional a la qual s'aplica la legislació de l'altra part contractant, per a la determinació del grau de la seva incapacitat en aplicació de la legislació d'aquesta última part contractant, es tindrà en compte el primer accident de treball o malaltia professional, com si la legislació d'aquesta última part li hagués estat aplicada.

3 — Les prestacions sanitàries relatives als accidents de treball i malalties professionals s'atorgaran en les mateixes condicions que les relatives a malaltia i maternitat definides en el capítol I.

TITOL V

Disposicions diverses

ARTICLE 23

Les autoritats competents:

- Negocien i signen els acords administratius necessaris a l'aplicació del present Conveni;
- Es comuniquen mutuament totes les mesures preses per la seva aplicació;
- Es comuniquen totes les informacions relatives a la modificació de les legislacions que poden afectar aquesta aplicació.

ARTICLE 24

Per a l'aplicació del present Conveni, les autoritats i les institucions d'ambdues parts contractants es presentaran per l'aplicació del present Conveni llurs bon ofici i la col.laboració tècnica i administrativa recíproca necessària actuant a tals fins, com si es tractés de l'aplicació de la seva pròpia legislació.

ARTICLE 25

1 — Els beneficis d'exempcions o reduccions de taxes, timbres, drets de secretaria o de registre o altres anàlegs previstos en la legislació d'una de les Parts Contractants per als certificats i documents que s'expedeixin en aplicació de la legislació d'aquella Part seran extesos als documents i certificats que hagin d'expedir-se per a l'aplicació de la legislació de l'altra Part o del present Conveni.

2 — Tots els actes o documents que siguin realitzats i expedits per a l'aplicació del present Conveni seran dispensats dels requisits de legalització o legitimació.

ARTICLE 26

1 — Les sol·licituds, declaracions, recursos i altres documents que, a efectes d'aplicació de la legislació d'una Part, hagin d'ésser presentats en un termini determinat davant les autoritats o els organismes corresponents d'aquesta Part seran considerats com presentats davant d'elles si haguessin estat lliurats, dins del mateix termini, davant d'una autoritat o d'un organisme de l'altra Part.

2 — Qualsevol sol·licitud de prestació presentada segons la legislació d'una Part serà considerada, en el seu cas, com sol·licitud de la prestació corresponent, segons la legislació de l'altra Part.

3 — En aquest cas, l'autoritat o la institució a la qual han estat presentats els documents abans esmentats els trametrà sense demora a les autoritats o institucions de l'altra Part.

ARTICLE 27

Quan la institució d'una Part Contractant ha pagat a un assegurat unes prestacions, l'import de les quals excedeixi aquell al qual tingui dret, dita institució pot, en les condicions i límits previstos per la seva pròpia legislació, demanar a la institució de l'altra part contractant deutora de prestacions a aquest assegurat de retenir l'import pagat de més sobre les prestacions que pagarà a l'esmentat assegurat. Aquesta última institució realitza la retenció en les condicions i límits autoritzats per la seva pròpia legislació com si es tractés de quantitats pagades de més per ella mateixa i transferirà aleshores l'import objecte de la retenció a l'altra institució.

ARTICLE 28

1 — L'organisme competent podrà satisfer a l'interessat un avenç durant la tramitació del seu expedient administratiu.

2 — La concessió d'aquest avenç serà discrecional i es fomentarà principalment en la situació de necessitat de l'interessat, en la comprovació del seu probable dret a la prestació sol·licitada i en la durada dels tràmits previs a la resolució definitiva de l'expedient.

3 — En el cas que l'organisme competent d'una Part Contractant hagués concedit avenços a un beneficiari, el dit organisme o, a petició seva, l'organisme competent de l'altra Part, podrà descomptar l'esmentat avenç dels pagaments que hagin de fer-se al citat beneficiari.

ARTICLE 29

1 — Qualsevol diferència d'interpretació o d'aplicació del present Conveni que pugui sorgir entre les Parts Contractants, serà objecte de negociacions directes entre les autoritats competents.

2 — Si la diferència no pogués ésser resolta mitjançant les negociacions previstes en el paràgraf 1 del present article, en un termini de 6 mesos a partir de l'inici de les dites negociacions, serà sotmesa a una Comissió arbitral, la composició i procediment de la qual seran fixats de comú acord entre les Parts Contractants. La Comissió arbitral haurà de resoldre la diferència aplicant els principis fonamentals i l'esperit del present Conveni. Les seves decisions seran considerades com a obligatòries i definitives.

ARTICLE 30

1 — El present Conveni no afectarà els drets adquirits abans de la seva entrada en vigor.

2 — El present Conveni s'aplicarà no obstant a fets ocorreguts abans de la seva entrada en vigor. Però no es podran pagar prestacions en aplicació d'aquest Conveni, relatives a períodes anteriors a la seva entrada en vigor, encara que els períodes d'assegurança complerts abans de la dita data d'entrada en vigor, siguin tinguents en compte per determinar les prestacions.

3 — Les prestacions que no han pogut ésser concedides a causa de la nacionalitat de l'assegurat o que han estat suspeses per causa de residència en el territori de l'altra Part Contractant hauran, a petició expressa de l'assegurat, d'ésser atorgades o establertes amb efectes a partir de la data d'entrada en vigor del present Conveni.

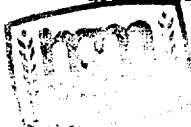
4 — Les disposicions legals de les Parts Contractants relatives a prescripció o extinció del dret a prestacions no s'aplicaran als drets derivats de lo disposat en els paràgrafs 2 i 3 del present article, si l'assegurat sol·licita una prestació en el termini de 2 anys després de la data d'entrada en vigor del present Conveni.

ARTICLE 31

1 — El present Conveni s'estipula per temps indefinit.

2 — Podria ésser denunciat per cada una de les Parts Contractants. La denúncia haurà d'ésser notificada amb una antelació mínima de 6 mesos a l'acabament de l'any natural en curs, cessant, en aquest cas la seva vigència a l'expiració del dit any.

3 — En cas de derogació del present Conveni les disposicions d'aquest continuaran essent aplicables als drets adquirits en virtut del mateix.



ARTICLE 32

1 — El present Conveni serà aprovat o ratificat i els respectius instruments seran intercanviats en el termini més breu.

2 — El present Conveni entrarà en vigor el primer dia del segon mes posterior a la data d'intercanvi dels instruments esmentats en el paràgraf anterior.

Fent fe els sotasignants, degudament autoritzats a tal efecte, signen el present Conveni.

Fet en quatre exemplars, dos en llengua portuguesa i dos en llengua andorrana, fent fe igualment ambdós textos.

Pel Govern del Principat d'Andorra:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pel Govern de la Republica Portuguesa:

(Assinatura ilegível.)

ACORDO ADMINISTRATIVO RELATIVO ÀS MODALIDADES DE APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE SEGURANÇA SOCIAL ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O PRINCIPADO DE ANDORRA.

Em aplicação do artigo 23.º, alínea a), da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra, assinada em Andorra, em 28 de Janeiro de 1988, e em Lisboa, em 11 de Março de 1988, a seguir designada por «Convenção», as autoridades competentes portuguesa e andorrana estabelecem, de comum acordo, as seguintes disposições:

TÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

Para efeitos da aplicação do presente Acordo, os termos definidos no artigo 1.º da Convenção têm o significado que lhes é atribuído no referido artigo.

ARTIGO 2.º

1 — Para efeitos da aplicação da Convenção e do presente Acordo Administrativo, são designados «organismos de ligação»:

a) Em Portugal:

O Departamento de Relações Internacionais e Convenções de Segurança Social;

b) Em Andorra:

A Caixa Andorrana de Segurança Social.

2 — Os organismos de ligação prestam mutuamente os seus bons ofícios e adoptam as medidas administrativas necessárias à aplicação da Convenção e do presente Acordo.

3 — Os organismos de ligação elaboram de comum acordo os formulários necessários à aplicação da Convenção e do presente Acordo.

ARTIGO 3.º

Para aplicação do artigo 5.º da Convenção, o segurado deve, se necessário, apresentar à instituição competente de uma Parte Contratante um certificado comprovativo dos períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação da outra Parte.

ARTIGO 4.º

Nos casos previstos no artigo 9.º da Convenção, a instituição competente da Parte Contratante cuja legislação continua aplicável envia à entidade patronal ou ao trabalhador, a pedido, um certificado comprovativo de que ele continua sujeito à legislação aplicada pela referida instituição.

TÍTULO II

Disposições particulares

CAPÍTULO I

Doença e maternidade

ARTIGO 5.º

1 — Para beneficiar do disposto no artigo 11.º da Convenção, o segurado apresenta à instituição competente da Parte Contratante nos termos de cuja legislação requer as prestações um certificado comprovativo dos períodos de seguro cumpridos nos termos da outra Parte.

2 — Se o segurado não apresentar o referido certificado, deve o mesmo ser solicitado pela instituição competente à instituição onde aquele esteve anteriormente inscrito.

ARTIGO 6.º

1 — Para beneficiar das prestações em espécie nos termos do artigo 12.º da Convenção, o segurado bem como os seus familiares inscrevem-se na instituição do lugar de residência, apresentando um certificado, emitido pela instituição competente, comprovativo de que têm direito a essas prestações. Este certificado permanece válido até à notificação da sua anulação pela instituição competente.

No caso de o interessado não ser portador do certificado, a instituição do lugar de residência deve solicitá-lo à instituição competente.

Os familiares devem apresentar ainda os documentos normalmente exigidos pela legislação do país de residência para a concessão das prestações em espécie.

2 — O segurado bem como os seus familiares devem comunicar à instituição do lugar de residência qualquer alteração susceptível de modificar o direito às prestações em espécie, nomeadamente a mudança ou perda de emprego do segurado, ou a transferência de residência.

3 — A instituição do lugar de residência informa a instituição competente de qualquer inscrição efectuada em conformidade com o disposto no n.º 1, bem como de qualquer alteração que lhe tenha sido comunicada nos termos do n.º 2.

ARTIGO 7.º

No caso previsto no artigo 14.º da Convenção, a instituição competente solicita, se necessário, à instituição do lugar da última residência as informações relativas ao período em que as prestações foram concedidas imediatamente antes da estada ou da transferência da residência para o Estado competente.

ARTIGO 8.º

1 — Para beneficiar das prestações referidas no n.º 1 do artigo 15.º da Convenção, o segurado bem como os seus familiares devem apresentar na instituição do lugar de estada um certificado emitido pela instituição competente, no qual se comprova o direito às prestações e o período de concessão. Este certificado deve ser solicitado pelo interessado antes da saída do território onde se encontra a instituição competente. No caso de o interessado não ser portador do certificado, a instituição do lugar de estada deve solicitá-lo à instituição competente.

2 — No caso previsto no n.º 2 do artigo 15.º da Convenção, o segurado bem como os seus familiares devem apresentar na instituição do lugar da nova residência um certificado emitido pela instituição competente, antes da transferência da residência, no qual se comprova o direito às prestações em espécie e se autoriza a transferência de residência, indicando ainda o período de concessão das referidas prestações.

Após a transferência da residência do segurado ou do familiar, a seu pedido ou a pedido da instituição do lugar da nova residência, a instituição competente emite o certificado quando, por razões válidas, não tiver sido emitido anteriormente.

3 — O disposto do n.º 1 é igualmente aplicável aos casos previstos nos artigos 9.º e 13.º da Convenção.

ARTIGO 9.º

1 — Se houver hospitalização nos casos referidos nos artigos 13.º e 15.º da Convenção, a instituição do lugar de residência ou de estada comunica à instituição competente, logo que tiver conhecimento da ocorrência, a data da hospitalização e a sua provável duração, bem como a data da alta.

2 — Nos casos da concessão das prestações referidas no n.º 4 do artigo 15.º da Convenção, e quando for caso disso, a instituição do lugar de residência ou de estada solicita à instituição competente a autorização necessária. Se, no prazo máximo de 15 dias a contar do envio do pedido, não tiver sido recebida qualquer oposição, a autorização considera-se concedida.

3 — Os casos de urgência absoluta, no sentido do n.º 4 do artigo 15.º da Convenção, são aqueles em que a concessão da prestação não pode ser adiada sem expor a grave perigo a vida ou a saúde do interessado. No caso de fractura acidental ou de deterioração de uma prótese ou aparelho, é suficiente, para determinar a urgência absoluta, a justificação da necessidade de reparação ou de renovação do artigo em causa.

4 — O disposto nos números anteriores aplica-se, por analogia, aos familiares.

5 — A lista das próteses, de grande aparelhagem e de outras prestações em espécie de grande importância a que se refere o n.º 4 do artigo 15.º da Convenção consta em anexo ao presente Acordo.

ARTIGO 10.º

1 — Para beneficiar das prestações em espécie no país de residência, o titular da pensão ou renda referido no n.º 2 do artigo 16.º da Convenção inscreve-se, bem como aos seus familiares, na instituição do lugar da residência, apresentando um certificado comprovativo do direito às prestações emitido pela instituição competente. Este certificado permanece válido até à notificação da sua anulação pela instituição competente. No caso de o interessado não ser portador do certificado, a instituição do lugar de residência deve solicitá-lo à instituição competente.

2 — O titular da pensão ou renda bem como os seus familiares devem comunicar à instituição do lugar da residência qualquer mudança na sua situação susceptível de alterar o direito às prestações em espécie, nomeadamente qualquer suspensão ou supressão da pensão e qualquer transferência de residência.

3 — A instituição do lugar de residência informa a instituição competente de qualquer inscrição efectuada em conformidade com o disposto no n.º 1, bem como de qualquer alteração susceptível de pôr termo ao direito às prestações em espécie.

ARTIGO 11.º

O disposto no n.º 1 do artigo 8.º e no artigo 9.º é aplicável por analogia, aos casos referidos no n.º 3 do artigo 16.º da Convenção.

ARTIGO 12.º

O segurado sujeito à legislação de uma Parte Contratante que pretenda beneficiar de prestações pecuniárias por incapacidade de trabalho ocorrida no território da outra Parte apresenta o pedido à instituição do lugar da residência ou estada, conforme o caso, juntando para o efeito um certificado médico. Este certificado indicará a data do início da incapacidade bem como o diagnóstico e o prognóstico.

ARTIGO 13.º

1 — Nos casos previstos nos artigos 6.º e 8.º do presente Acordo, o interessado está sujeito às normas de inspecção médica e administrativa aplicáveis pela instituição do lugar de residência ou de estada, conforme o caso.

2 — Esta instituição informa, de imediato, a instituição competente da apresentação do pedido de prestações, indicando a data do pedido bem como o nome e endereço da entidade patronal, e envia o certificado médico. Remete igualmente, com regularidade, à instituição competente os relatórios médicos e administrativos efectuados em conformidade com o disposto no n.º 1.

3 — A instituição do lugar de residência ou de estada notifica a instituição competente do termo da incapacidade de trabalho, juntando o respectivo relatório médico.

4 — A instituição competente notifica directamente o interessado da decisão de recusar ou suprimir as prestações pecuniárias, enviando cópia dessa notificação à instituição do lugar de residência ou de estada.

ARTIGO 14.º

1 — Para efeitos de aplicação do disposto no artigo 17.º da Convenção, as despesas relativas às prestações em espécie concedidas pela instituição do lugar de residência ou de estada por conta da instituição competente são reembolsadas por montantes efectivos por esta última instituição, tal como resulta da contabilidade da instituição que as concedeu.

2 — Para determinação dos montantes a reembolsar nos termos do número anterior, não podem ser consideradas tabelas superiores às que são aplicáveis às prestações concedidas em cada uma das Partes Contratantes.

3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do presente artigo, as prestações em espécie concedidas pelas instituições portuguesas nos termos dos artigos 12.º e 13.º, nos n.ºs 2 e 6 do artigo 15.º e no n.º 2 do artigo 16.º da Convenção são reembolsadas por montantes convencionais. O valor e a forma de cálculo destes montantes serão estabelecidos por acordo entre os organismos de ligação.

ARTIGO 15.º

1 — Para efeitos da liquidação dos reembolsos nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do presente Acordo, o organismo de ligação da Parte Contratante cuja instituição concedeu as prestações em espécie remeterá ao organismo de ligação da outra Parte, semestralmente, uma relação de despesas por cada segurado assistido no semestre anterior, estabelecida em formulário acordado para o efeito.

2 — A liquidação dos reembolsos por montantes convencionais nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do presente Acordo é efectuada anualmente. Para o efeito, o organismo de ligação português remeterá ao organismo de ligação andorrano uma relação dos segurados e seus familiares bem como dos pensionistas e seus familiares que tiverem direito às prestações no decurso do ano a que respeita a liquidação, indicando também o número de meses daquele período correspondentes à validade dos certificados de direito e o montante global do reembolso a efectuar.

3 — O organismo de ligação da Parte Contratante da instituição devedora procederá às correspondentes transferências de fundos na moeda da facturação, no prazo de dois meses após o recebimento das relações mencionadas nos n.ºs 1 e 2.

4 — O desacordo do organismo de ligação da Parte Contratante da instituição devedora no que respeita a determinadas liquidações a reembolsar ou a parte delas não impedirá a transferência dos fundos correspondentes à parte da liquidação em relação à qual haja acordo.

Os pontos controvertidos serão objecto de liquidação complementar, logo que estejam esclarecidos.

ARTIGO 16.º

1 — Os organismos de ligação podem estabelecer, com o acordo das autoridades competentes, outras modalidades de reembolso ou alterar as estabelecidas.

2 — Os reembolsos previstos no artigo 17.º da Convenção são efectuados por intermédio dos organismos de ligação.

CAPÍTULO II

Velhice e sobrevivência

ARTIGO 17.º

1 — O segurado, ou o seu sobrevivente que resida no território de uma das Partes Contratantes e pretenda beneficiar de prestações nos termos da legislação da outra Parte, apresenta o pedido à instituição competente do lugar de residência, a qual será a instituição de instrução.

2 — Se o lugar de residência for em terceiro Estado, o pedido é apresentado à instituição competente da Parte Contratante a cuja legislação o segurado esteve sujeito em último lugar, a qual será a instituição de instrução.

3 — O pedido é formulado em impresso utilizado pela instituição de instrução e deve mencionar todos os elementos necessários à concessão das prestações solicitadas, designadamente a instituição ou instituições de ambas as Partes Contratantes nas quais o segurado esteve inscrito, bem como a entidade ou entidades patronais a que o mesmo prestou serviço.

ARTIGO 18.º

1 — Para a instrução dos pedidos de prestações, as instituições competentes utilizam um formulário de ligação.

2 — Este formulário é preenchido pela instituição competente que recebe o pedido, a qual indica os períodos de seguro cumprido nos termos da legislação por ela aplicável, bem como os direitos decorrentes desses períodos, a identificação do segurado e, se for caso disso, dos familiares e, ainda, a data da apresentação do pedido. O formulário é remetido em duplicado à instituição competente da outra Parte Contratante.

3 — Esta instituição completa o formulário com a indicação dos períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação por ela aplicável e dos direitos adquiridos com base nesses períodos. Um exemplar do formulário é devolvido à instituição de instrução.

ARTIGO 19.º

A instituição competente de cada uma das Partes Contratantes comunica ao interessado a decisão que tenha tomado sobre o pedido, informando-o também das vias e prazos de recurso e bem como da entidade junto da qual o deve interpor.

CAPÍTULO III

Invalidéz

ARTIGO 20.º

1 — Para beneficiar das prestações previstas no artigo 20.º da Convenção, o segurado deve apresentar o pedido à instituição competente na Parte Contratante em cujo território reside ou, se residir em terceiro Estado, à instituição da Parte Contratante a cuja legislação esteve sujeito em último lugar, a qual será a instituição de instrução.

2 — O pedido é formulado em impresso utilizado pela instituição de instrução e deve mencionar todos os elementos necessários à concessão das prestações solicitadas, designadamente a instituição ou instituições de ambas as Partes Contratantes nas quais o segurado esteve inscrito, bem como a entidade ou entidades patronais a que o mesmo prestou serviço.

3 — A instituição de instrução transmite à instituição competente o pedido referido no n.º 2, acompanhado de um relatório médico pormenorizado, indicando o início e grau de incapacidade, bem como as medidas possíveis de recuperação da capacidade de trabalhar.

ARTIGO 21.º

1 — A instituição preenche um formulário de ligação onde menciona os períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação por ela aplicável, remetendo dois exemplares do formulário à instituição competente da outra Parte Contratante.

2 — Esta última instituição completa o formulário recebido com a indicação dos períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação por ela aplicável e do montante das prestações a que o interessado tem direito por força do artigo 20.º da Convenção, devolvendo um exemplar à instituição de instrução.

3 — A instituição de instrução determina o montante a conceder nos termos da legislação por ela aplicável, em conformidade com o disposto no artigo 20.º da Convenção.

4 — No caso previsto no n.º 3 do artigo 20.º da Convenção, a instituição de instrução informa a instituição competente da outra Parte Contratante do montante do complemento a liquidar.

ARTIGO 22.º

As instituições competentes das duas Partes Contratantes notificam o interessado da decisão em conformidade com o disposto no artigo 19.º do presente Acordo.

CAPÍTULO IV

Acidentes de trabalho e doenças profissionais

ARTIGO 23.º

1 — O pedido de prestações relativo a acidentes de trabalho ou a doenças profissionais deve ser apresentado pelo interessado em conformidade com a legislação aplicável ao segurado no momento em que se tenha verificado o acidente de trabalho ou manifestado a doença profissional. O pedido deve ser apresentado directamente à instituição da Parte Contratante em cujo território ocorreu o acidente de trabalho ou se manifestou a doença profissional. Esta instituição comunicará aquele pedido à instituição competente, no mais breve prazo.

2 — A instituição competente notifica o interessado da decisão tomada sobre o pedido, informando-o das vias e prazos de recurso, bem como da entidade junto da qual o deve interpor.

ARTIGO 24.º

Para efeitos da apreciação do grau de incapacidade permanente, no caso previsto no n.º 2 do artigo 22.º da Convenção, o segurado deve prestar todas as informações relativas aos acidentes de trabalho e doenças profissionais ocorridos ou verificados anteriormente enquanto esteve sujeito à legislação da outra Parte Contratante, independentemente da incapacidade daí resultante.

ARTIGO 25.º

As disposições do presente Acordo relativas à concessão das prestações em espécie do seguro de doença e maternidade são aplicáveis, por analogia, à concessão das prestações em espécie em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.

TÍTULO III

Disposições diversas e finais

ARTIGO 26.º

1 — Para a totalização dos períodos de seguro cumpridos nos termos das legislações das duas Partes Contratantes estabelecida na Convenção, as instituições competentes aplicam as seguintes regras:

- a) Quando um período de seguro cumprido a título de um seguro obrigatório nos termos da legislação de uma Parte Contratante coincidir com um período de seguro cumprido a título de um seguro voluntário ou facultativo continuado nos termos da legislação da outra Parte Contratante, só o primeiro período é tomado em consideração;
- b) Quando um período de seguro que não seja um período equivalente nos termos da legislação de uma Parte Contratante coincidir com um período equivalente nos termos da legislação da outra Parte Contratante, só o primeiro período é tomado em consideração;
- c) Qualquer período considerado equivalente simultaneamente nos termos da legislação das duas Partes Contratantes só é tomado em consideração pela instituição da Parte a cuja legislação o segurado esteve sujeito a título obrigatório em último lugar antes do referido período; se o segurado não esteve sujeito a título obrigatório à legislação de uma das Partes antes do referido período, este é tomado em consideração pela instituição competente da Parte a cuja legislação esteve sujeito a título obrigatório pela primeira vez após o período em questão;
- d) Os períodos de seguro cumpridos nos termos da legislação de uma Parte Contratante cuja época não possa ser exactamente determinada não se consideram sobrepostos aos períodos cumpridos nos termos da legislação da outra Parte, sendo tomados em consideração, se necessário.

ARTIGO 27.º

1 — A inspecção administrativa e médica, bem como a realização de exames médicos aos requerentes ou be-



beneficiários de prestações nos termos da legislação de uma das Partes Contratantes que residam no território da outra Parte, é efectuada, a pedido da instituição competente, por intermédio da instituição do lugar de residência.

2 — As despesas resultantes da inspecção médica, bem como os exames médicos, deslocações e verificações de qualquer género, necessários à concessão ou à revisão das prestações, são reembolsadas à instituição que os efectuou, na base da tabela aplicável por esta última instituição.

ARTIGO 28.º

As prestações pecuniárias devidas pela instituição competente de cada uma das Partes Contratantes são pagas directamente aos beneficiários, qualquer que seja a sua residência, sem dedução das despesas postais ou bancárias. Quando se tratar de prestações periódicas, o pagamento é efectuado por via bancária, por via postal ou em numerário, nas datas de vencimento previstas pela legislação aplicável à mesma instituição.

ARTIGO 29.º

A instituição competente de uma das Partes Contratantes pode solicitar directamente ao beneficiário, ou através da instituição da outra Parte, todos os documentos necessários para a determinação do direito às prestações ou à manutenção das mesmas.

ARTIGO 30.º

O presente Acordo entrará em vigor na mesma data que a Convenção e terá a mesma duração.

Feito em Andorra, em 28 de Janeiro de 1988, e em Lisboa, em 11 de Março de 1988, em dois exemplares em cada uma das línguas portuguesa e andorrana, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelas Autoridades Competentes Portuguesas:

(Assinatura ilegível.)

Pelas Autoridades Competentes Andorranas:

(Assinaturas ilegíveis.)

ANEXO I

Lista de próteses, grandes aparelhos e prestações em espécie de grande importância (artigo 9.º, n.º 5, do Acordo Administrativo)

- 1 — Aparelhos de prótese, ortopédicos ou de apoio, incluindo cintas ortopédicas em tecido armado, assim como quaisquer peças suplementares, acessórios e instrumentos.
- 2 — Calçado ortopédico e calçado suplementar (não ortopédico).
- 3 — Próteses maxilares e faciais, cabeleiras.
- 4 — Próteses oculares, lentes de contacto, óculos binoculares de aumentar e óculos binoculares telescópios.
- 5 — Aparelhos auditivos, nomeadamente aparelhos acústicos e fonéticos.

- 6 — Próteses dentárias (fixas e móveis) e próteses obturadoras da cavidade bucal.
- 7 — Veículos para inválidos (com comando manual ou motorizados), cadeiras de rodas e outros meios de transporte mecânicos, cães-guias de cegos.
- 8 — Renovação dos artigos referidos nos números anteriores.
- 9 — Curas termiais.
- 10 — Internamento e tratamento médico numa casa de saúde, clínica de prevenção ou centro de repouso.
- 11 — Medidas de readaptação funcional ou de reeducação profissional.
- 12 — Qualquer tratamento médico, dentário ou cirúrgico, sempre que o seu custo provável ultrapassar o seguinte montante:

Em Portugal: 60 000 escudos;

Em Andorra: 55 000 pesetas.

ACORD ADMINISTRATIU DE SEGURETAT SOCIAL ENTRE LA REPUBLICA PORTUGUESA I EL PRINCIPAT D'ANDORRA

En aplicació de l'article 23, apartat a), del Conveni de Seguretat Social, entre la República Portuguesa i el Principat d'Andorra, signat a ... que es designa com a «Conveni», les autoritats competents portugueses i andorranes estableixen de comú acord, les següents disposicions:

TITOL I

Disposicions generals

ARTICLE 1

Per a l'aplicació del present Acord, els termes definits en l'article 1er. del Conveni tenen el significat que els hi és atribuït en el referit article.

ARTICLE 2

1 — Per a l'aplicació del Conveni i del present Acord Administratiu, es designen com «organismes d'enllaç»:

a) A Portugal:

El Departament de Relacions Internacionals i Convenis de la Seguretat Social;

b) A Andorra:

La Caixa Andorrana de Seguretat Social.

2 — Els organismes d'enllaç es presten mutuament els seus bons oficis i adopten les mesures administratives necessàries per a l'aplicació del Conveni i del present Acord.

3 — Els organismes d'enllaç elaboren de comú acord els formularis necessaris per a l'aplicació del Conveni i del present Acord.

ARTICLE 3

Per a l'aplicació de l'article 5 del Conveni, si cal, l'assegurador ha de presentar a la institució competent de

una part contractant un document acreditatiu dels períodes d'assegurança complerts en els termes de la legislació de l'altra part.

ARTICLE 4

En els casos previstos en l'article 9 del Conveni, la institució competent de la part contractant en la legislació de la qual l'assegurat continua estan sotmes, envia a l'entitat patronal o al treballador, al que n'hagi fet la petició, un document acreditatiu que continua subjecte a la legislació aplicada per la referida institució.

TÍTOL II

Disposicions particulars

CAPÍTOL I

Malaltia i maternitat

ARTICLE 5

1 — Per a poder beneficiar-se del que disposa l'article 11 del Conveni, l'assegurat presentarà a la institució competent de la Part Contractant a l'empar de la legislació de la qual sol·licita les prestacions, un certificat acreditatiu dels períodes de cotització efectuats sota la legislació de l'altra Part.

2 — Si l'assegurat no presenta dit certificat, l'organisme de l'altra part deurà sol·licitar-lo a la institució competent on el assegurat va estar afiliat anteriorment.

ARTICLE 6

1 — Per a poder beneficiar-se de les prestacions sanitàries indicades en el article 12 del Conveni, l'assegurat així com els seus beneficiaris hauran d'inscriure's a la institució del lloc de residència, presentant un certificat, emès per la institució competent, acreditant que té dret a dites prestacions.

Aquest romandrà vàlid fins que la institució rebi notificació de la seva anul·lació.

Si l'assegurat o els beneficiaris no presenten dit certificat, l'institució del lloc de residència deura sol·licitar-lo a l'institució competent.

Els beneficiaris hauran de presentar els documents normalment exigits per la legislació del país de residència per a la concessió de les prestacions sanitàries.

2 — L'assegurat així com els seus beneficiaris hauran de comunicar a la institució del lloc de residència, tota alteració susceptible de modificar els seus drets per les prestacions sanitàries, especialment el canvi o l'atur de treball o de residència.

3 — La institució del lloc de residència comunica a la institució competent qualsevol inscripció efectuada de conformitat amb el que es disposa en l'apartat 1, i de qualsevol alteració que li hagi estat comunicada en els termes de l'apartat 2.

ARTICLE 7

En el cas previst en l'article 14 del Conveni, si cal, la institució competent sol·licitarà a la institució del lloc de l'última residència, les informacions relatives al pe-

riode en que les prestacions foren concedides immediatament abans de l'estada o del canvi de residència per al país competent.

ARTICLE 8

1 — Per a poder beneficiar-se de les prestacions indicades en l'article 15, apartat 1, del Conveni l'assegurat així com els seus beneficiaris hauran de presentar un certificat a la institució del lloc de residència, lliurat per la institució competent, en el que es comprova el dret a aquelles prestacions i s'indica el període de llur concessió. Aquest certificat haurà d'esser sol·licitat per l'assegurat abans de la sortida del territori on es troba la institució competent. Si l'assegurat o els beneficiaris no presenten dit certificat a l'institució del lloc d'estada, aquesta ha de demanar-lo a la institució competent.

2 — En el cas previst en l'article 15, apartat 2, l'assegurat, així com els seus beneficiaris, hauran de presentar un certificat a la institució del lloc de la nova residència, que serà lliurat per la institució competent, abans del trasllat de residència, i en el qual ha de figurar el dret a les prestacions sanitàries i l'autorització del canvi de residència i també, s'indica el període de concessió de les referides prestacions.

Després del canvi de residència de l'assegurat o dels seus beneficiaris, a petició d'aquell o de la institució del lloc de la nova residència, la institució competent emet certificats quan anteriorment no s'hagin pogut emetre per raons vàlides.

3 — Les disposicions del paràgraf 1 del present article s'apliquen igualment als casos previstos en els articles 9 i 13 del present Conveni.

ARTICLE 9

1 — En cas d'hospitalització, tal com s'indica en els articles 13 i 15 del Conveni, la institució del lloc de residència o d'estada comunica a la institució competent, tan aviat com en tingui coneixement, la data d'hospitalització i la possible durada d'aquesta, així com la corresponent alta.

2 — En cas de concessió de prestacions, tal com s'indica en l'article 15, apartat 4, del Conveni, quan procedis la institució del lloc de residència o d'estada, sol·licitarà a la institució competent l'autorització escaient. Si, en el plaç màxim de 15 dies a comptar del dia que s'envia la petició, no es reb cap oposició, l'autorització es considera concedida.

3 — Els casos d'urgència absoluta, en el sentit de l'article 15, apartat 4, del Conveni, són aquells pels quals la prestació sanitària no pot ésser ajornada sense posar en perill la vida o la salut de l'interessat si no fos concedida la prestació. En cas de fractura accidental o de deterioració d'una protesi o aparell es suficient, per a determinar la urgència, justificar la necessitat de reparació o de renovació de l'aparell afectat.

4 — Als beneficiaris se'ls hi aplicarà per analogia els apartats anteriors.

5 — La llista de protesis, de grans aparats i d'altres prestacions de gran importància a que es refereix l'article 15, apartat 4, de Conveni figura en annex de present Acord.

ARTICLE 10

1 — Per a beneficiar-se de les prestacions sanitàries en el país de residència, el titular d'una pensió o renda

referida a l'article 16, apartat 2, del Conveni, s'inscriu, així com els seus beneficiaris, en la institució del lloc de residència, presentant un document acreditatiu del dret a l'esmentada prestació lliurat per la institució competent. Aquest certificat tindrà validesa fins a la notificació de la seva anual·lació per la institució competent.

Si l'interessat no presenta el document acreditatiu, la institució del lloc de residència ha de demanar-lo a la institució competent.

2 — El titular de la pensió o renda així com els seus beneficiaris han de comunicar a la institució del lloc de residència qualsevol canvi en la seva situació, susceptible d'alterar el dret a les prestacions sanitàries, especialment qualsevol suspensió o supressió de la seva pensió i qualsevol transferència del seu lloc de residència.

3 — La institució del lloc de residència avisa a la institució competent de qualsevol inscripció feta de conformitat amb les disposicions del paràgraf 1 i també de qualsevol alteració susceptible de suspendre el dret a les prestacions sanitàries.

ARTICLE 11

Les disposicions de l'article 8, apartat 1, i article 9 del present Acord s'apliquen als casos mencionats en l'article 16, paràgraf 3, del Conveni.

ARTICLE 12

L'assegurat subjecte a la legislació d'una de les Parts Contractants, per a poder tenir dret a les prestacions econòmiques per incapacitat de treball, ocorregut quan es trobava en el territori de l'altra Part, presenta la seva demanda a la institució del lloc de residència o estada segons el cas, adjuntant per al seu afecte un certificat mèdic.

Aquest certificat indicarà la data de començament de la incapacitat així com el diagnòstic i el pronòstic.

ARTICLE 13

1 — En els casos previstos en els articles 6 i 8 del present Acord, l'assegurat està subjecte a les normes d'inspecció mèdica i administrativa aplicables per la institució del lloc de residència o estada, segons el cas.

2 — Aquesta institució informa immediatament a la institució competent de la presentació de la demanda de prestacions, indicant la data de la demanda, així com el nom i l'adreça de l'entitat patronal, i envia el certificat mèdic. Remetrà igualment amb regularitat a la institució competent els informes mèdics i administratius que efectua d'acord amb el que disposa l'apartat 1.

3 — La institució del lloc de residència o estada notifica a la institució competent la fi de la incapacitat de treball, adjuntant-hi el respectiu informe mèdic.

4 — La institució competent notifica directament al treballador la decisió de refusar o suprimir les prestacions econòmiques, enviant còpia de dita notificació a la institució del lloc de residència o estada.

ARTICLE 14

1 — Per a l'aplicació del que es disposa en l'article 17 del Conveni, les despeses corresponents a les prestacions sanitàries servides per la institució del lloc de residència o d'estada per compte de la institució competent seran reembossades per llur import efectiu, per aquesta última institució, tal com resulti de la comptabilitat de la institució que les hagi servit.

2 — Per a determinar els imports a reembossar en els termes del paràgraf anterior; no es poden prendre en càrrec en tarifes superiors a les que són aplicables a les prestacions sanitàries concedides en cada una de les Parts Contractants.

3 — Sense perjudici del que ha estat disposat en el paràgraf 1 del present article, les prestacions sanitàries servides per les institucions portugueses, en els casos dels articles 12, 13, 15 en els seus paràgrafs 2 i 6, i en l'article 16, en el seu paràgraf 2, del Conveni, seran reembossades mitjançant quotes globals. L'import i la forma de càlcul d'aquestes seran establerts per acord entre els organismes d'enllaç.

ARTICLE 15

1 — Per la liquidació dels reembossaments a què es refereix el paràgraf 1 de l'article 14 del present Acord, l'organisme d'enllaç de la Part Contractant, la institució de la qual ha servit les prestacions sanitàries, remetrà a l'organisme d'enllaç de l'altra part, cada sis mesos una liquidació de despeses per cada cas individual d'assistència que s'hagi donat en el semestre anterior, estesa en el formulari que s'estableix a l'efecte.

2 — La liquidació dels reembossaments per quotes globals a què es refereix el paràgraf 3 de l'article 14 del present Acord s'efectuarà anualment. A tal efecte l'organisme d'enllaç portuguès trametrà a l'organisme d'enllaç Andorrà una relació dels beneficiaris i dels pensionistes i llurs drethavents que hauran acreditat dret a les prestacions durant el curs de l'any objecte de liquidació, amb indicació del nombre de mesos que en el curs del dit any han estat vigents els certificats de dret i l'import global del reembossament a efectuar.

3 — L'organisme d'enllaç de la Part Contractant de la institució deutora efectuarà les transferències de fons en la moneda de facturació, dins del termini de dos mesos posteriors a la recepció de les liquidacions a què fan referència els paràgrafs 1 i 2.

4 — La disconformitat de l'organisme d'enllaç de la Part Contractant de la institució deutora respecte a determinades liquidacions a partides objecte de reembossament no serà obstacle a la tramesa de la transferència dels fons corresponents a la part de la liquidació en què hi hagi conformitat.

Les partides controvertides seran objecte de liquidació complementària, un cop hagin estat aclarides les diferències.

ARTICLE 16

1 — Els organismes d'enllaç poden establir, amb l'acord de les autoritats competents, altres modalitats de reembossament o modificar les establertes.

2 — Els reembossaments previstos en l'article 17 del Conveni s'efectuen mitjançant els organismes d'enllaç.

CAPITOL II

Vellesa i supervivència

ARTICLE 17

1 — L'assegurat, o el seu supervivent que resideixi en el territori d'una de les Parts Contractants que pretingui la concessió de prestacions a l'empar de la legislació de l'altra Part Contractant, presentarà la seva petició a la institució competent del lloc de residència, aquesta és la institució d'instrucció.

2 — Si el lloc de residència fos un tercer país, la demanda es presenta a la institució competent de la Part Contractant, a la legislació de la qual, l'assegurat ha estat sotmès en últim terme, la institució d'instrucció és aquesta última.

3 — La demanda és formula mitjançant el model utilitzat per la institució d'instrucció i comprendrà tots els elements necessaris a la concessió de les prestacions sol·licitades, particularment, la institució o institucions d'ambdues Parts, en les quals l'assegurat va ésser inscrit, així com la entitat o entitats patronals a les que ell mateix va prestar el seu servei.

ARTICLE 18

1 — Per la instrucció de les peticions de prestacions, les institucions competents utilitzaran un formulari d'enllaç.

2 — Aquest formulari serà omplert per la institució competent que rebí la petició amb indicació dels períodes d'assegurança acomplerts sota la legislació que ella aplica, així com els drets conseqüents d'aquests períodes, la identificació de l'assegurat així com la data de presentació de la petició. Aquest s'envia per duplicat a la institució competent de l'altra part.

3 — Aquesta institució completa el formulari indicant els períodes d'assegurança acomplerts sota la seva legislació i els drets adquirits en base a aquests períodes. Un exemplar del formulari es retorna a la institució d'instrucció.

ARTICLE 19

La institució competent de cada una de les Parts Contractants notifica a l'interessat la decisió presa sobre la petició, informant-lo de les vies i terminis de recurs i de l'entitat davant de la qual ha de recórrer.

CAPITOL III

Invalidesa

ARTICLE 20

1 — Per beneficiar-se de les prestacions previstes en l'article 20 del Conveni, l'assegurat deurà presentar la seva demanda a la institució competent de la Part Contractant en el territori de la qual resideix o si resideix en un tercer país, a la institució de la Part Contractant a la legislació de la qual ha estat sotmès en últim terme; aquesta serà la institució d'instrucció.

2 — La demanda és formula mitjançant el model utilitzat per la institució d'instrucció i comprendrà tots els elements necessaris a la concessió de les prestacions

sol·licitades, particularment, la institució o institucions d'ambdues parts, en les quals l'assegurat va ésser inscrit així com la entitat o entitats patronals a les que ell mateix va prestar el seu servei.

3 — La institució d'instrucció trameta a la institució competent la demanda mencionada en el paràgraf 2 anterior, adjuntant un informe mèdic detallat, indicant la data d'inici i el grau de la incapacitat, així com les possibilitats de recuperació i la capacitat de treball.

ARTICLE 21

1 — La institució d'instrucció omplirà un formulari d'enllaç indicant els períodes d'assegurança acomplerts sota el règim de la seva legislació, remetent dos exemplars de dit formulari a la institució competent de l'altra part contractant.

2 — Aquesta última institució omplirà el formulari rebut amb els períodes d'assegurança acomplerts a l'empar de la legislació per ella aplicada i indicarà l'import de les prestacions a que l'interessat tindrà dret en aplicació de l'article 20 del Conveni, retornant un exemplar a la institució d'instrucció.

3 — La institució d'instrucció determinarà aleshores l'import a concedir segons la seva legislació, en aplicació de l'article 20 del Conveni.

4 — En el cas previst en l'apartat 3 de l'article 20 del Conveni, la institució d'instrucció informará a la institució competent de l'altra Part Contractant de l'import del complement a liquidar.

ARTIGO 22

Les institucions competents de les dues Parts Contractants notifiquen a l'interessat la decisió segons les disposicions previstes en l'article 19 del present Acord.

CAPITOL IV

Accidents de treball i malalties professionals

ARTICLE 23

1 — La petició de prestacions relatives a accident de treball o malalties professionals haurà d'ésser formulada de conformitat amb la legislació aplicable a l'assegurat en el moment en que es va constatar l'accident de treball o manifestar la malaltia professional. La petició es presenta directament a la institució de la Part Contractant en el territori de la qual ha ocorregut l'accident de treball o s'ha manifestat la malaltia professional. Aquesta institució comunicarà en el plaç el mes breu la petició a la institució competent.

2 — La institució competent notifica a l'interessat la decisió presa, sobre la petició, informant-lo de les vies i terminis de recurs, així com de l'entitat davant de la qual ha de recórrer.

ARTICLE 24

A efectes d'apreciació del grau d'incapacitat permanent, en el cas previst en l'article 22, paràgraf 2, del Conveni, l'assegurat ha de presentar totes les informacions relatives als accidents de treball ocorreguts o a les malalties professionals constatades anteriorment



quan estava sotmes a la legislació de l'altra part contractant, independentment de la incapacitat que n'hagi resultat.

ARTICLE 25

Les disposicions del present Acord relatives a la concessió de prestacions sanitàries per malaltia o maternitat son aplicables per analogia a la concessió de les prestacions sanitàries, per accident de treball o malaltia professional.

TITOL III

Disposicions diverses i finals

ARTICLE 26

1 — Per a la totalització dels períodes d'assegurança complerts a l'empar de la legislació de les dues Parts Contractants, determinada en el Conveni, les institucions competents apliquen les següents regles:

- a) Quan un període d'assegurança, complert a títol d'assegurat obligatori, a l'empar de la legislació d'una Part Contractant, coincideix amb un període d'assegurança complert a títol d'assegurat voluntari o «facultativo continuado» a l'empar de la legislació de l'altra Part Contractant es pren solament en consideració el primer període;
- b) Quan existeix un període d'assegurança que nos es un període assimilat, efectuat a l'empar de la legislació d'una Part Contractant i que aquest coincideix amb un període assimilat al règim de la legislació de l'altra Part Contractant, només es prendrà en consideració el primer període;
- c) Qualsevol període considerat assimilat simultàneament a l'empar de la legislació de les dues Parts Contractants, només serà pres en consideració per la institució de la Part Contractant sota la legislació de la qual l'assegurat estava sotmes a títol obligatori en l'últim lloc abans del referit període; si l'assegurat no va estar sotmes a títol obligatori a una legislació d'una altra Part Contractant abans del referit període, aquest es pres en consideració per la institució competent de la Part Contractant sota quina legislació va estar subjecte a títol obligatori per la primera vegada després del període en qüestió;
- d) Els períodes d'assegurança acomplerts sota la legislació d'una Part Contractant quina època no pugui ésser exactament determinada no es consideren sobrepostats als períodes efectuats sota la legislació de l'altra Part Contractant, prenent-se en consideració, si necessari.

ARTICLE 27

1 — La inspecció administrativa i mèdica, així com les realitzacions de proves mèdiques als demandants o beneficiaris de les prestacions sota la legislació d'una de les Parts Contractants que resideixin en el territori de l'altra Part, s'efectua a demanda de la institució competent, a través de la institució del lloc de residència.

2 — Les despeses resultants de la inspecció mèdica, així com les proves mèdiques, desplaçaments i verificacions de qualsevol tipus necessàries a la concessió o a la revisió de les prestacions, son reembossades a la institució que els ha efectuat, segons la tarifa aplicada per aquesta última institució.

ARTICLE 28

Les prestacions econòmiques degudes per la institució competent de cadascuna de les Parts Contractants es pagaran directament als beneficiaris qualsevol que sigui la seva residència, sense deducció de les despeses postals o bancàries. Quan es tracta de prestacions periòdiques, el pagament s'efectua mitjançant transferència bancària, gir postal o ingrés en compte, en les dates de venciment previstes per la legislació aplicable a la mateixa institució.

ARTICLE 29

Les institucions competents d'una de les Parts Contractants pot demanar directament a l'assegurat, o mitjançant la institució de l'altra Part Contractant, tots els documents necessaris per la determinació del dret a les prestacions o del manteniment de les mateixes.

ARTICLE 30

El present Acord entrarà en vigor a la mateixa data del Conveni i tindrà igual duració.

Fet en quatre exemplars, dos en llengua portuguesa i dos en llengua andorrana, fent fe igualment ambdós textos, a Andorra la Vella, el...

Per l'Autoritat competent Andorrana:

(Assinaturas ilegíveis.)

Per l'Autoritat competent Portuguesa:

(Assinatura ilegível.)

ANNEX 1

Llista de protesis, grans aparells i prestacions en espècie de gran importància (article 9, paràgraf 5, de l'Acord Administratiu)

- 1 — Aparells de protesis, ortopedics o de protecció, incloses les cotilles ortopediques en tela armada, així com tots els suplementes, accessoris i utensilis.
- 2 — Sabates ortopediques i sabates de complement (no ortopediques).
- 3 — Protesis maxilars i facials, perruques.
- 4 — Protesis oculars, vidres de contacte, ulleres encohlades i ulleres telescopiques.
- 5 — Aparells per a sords, especialment els aparells acustics i fonètics.
- 6 — Protesis dentaries (fixes i mobils) i protesis obturadores de la cavitat bucal.
- 7 — Cotxes per invalids (a comanda normal o mecànica) cadires de rodes i altres mitjans mecanics que permeten deambular, gossos per a cecs.

- 8 — Renovacio de les peces dels aparells citats en els apartats anteriors.
- 9 — Cures termals.
- 10 — Manteniment i tractament mèdic en casos de convalescència, preventoris o «aerium».
- 11 — Mesures de readaptacio funcional o de reeducacio professional.
- 12 — Qualsevulla atencio o proveiment mèdic, dental o quirurgic, sempre que el seu cost probable sobrepassi els següents imports:
 - A Portugal: 60 000 escudos;
 - A Andorra: 55 000 pessetes.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO

Portaria n.º 331/90

de 2 de Abril

Com fundamento no disposto nos artigos 19.º a 27.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e 56.º a 59.º, 65.º a 67.º, 71.º a 76.º, 81.º e 82.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88, de 3 de Agosto;

Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, o seguinte:

1.º Ficam sujeitas ao regime cinegético especial as propriedades constantes da planta anexa, denominadas «Herde do Monte Branco», «Herde do Monte Carrasca (CC 1-1, CC 1-2 e C 6)» e «Herde do Monte Borracheiros da Serra», situadas na freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura, com uma área de 1104,9875 ha.

2.º Nesta área, até ao dia 31 de Maio de 1999, é concessionada à Sociedade de Caça da Serra da Adiça a exploração de uma zona de caça turística (processo n.º 241 da Direcção-Geral das Florestas).

3.º Nesta zona de caça é facultado o exercício venatório a todos os caçadores, em igualdade de circunstâncias, quando devidamente licenciados pela entidade gestora.

4.º Nesta zona de caça a Sociedade de Caça da Serra da Adiça, entidade responsável pela sua gestão, fica obrigada a cumprir e fazer cumprir o plano de ordenamento e exploração cinegético aprovado pela Direcção-Geral das Florestas, nomeadamente no respeitante aos limites anuais de cada uma das espécies, períodos, processos e meios de caça respectivos.

5.º A entidade concessionária fica obrigada a fazer cumprir as disposições legais e regulamentares do exercício da caça, e bem assim as regras constantes do plano de ordenamento e exploração respectivo, sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos infractores.

6.º A linha perimetral desta zona de caça é obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 4 definido na Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro, sendo aplicável em conjunto o disposto na citada portaria e na Portaria n.º 569/89, de 22 de Julho.

7.º As propriedades que integram esta zona de caça, nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei

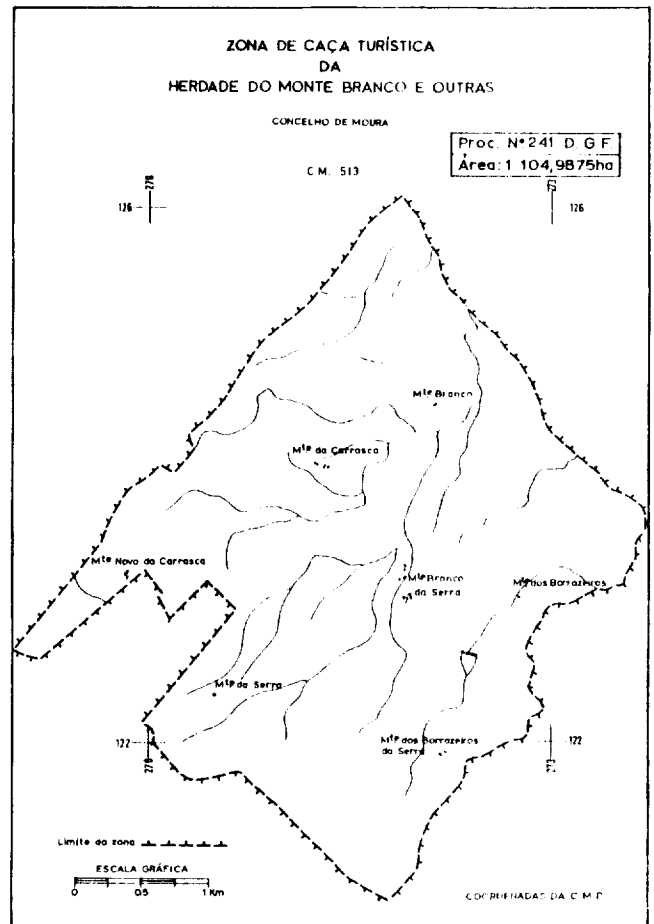
n.º 274-A/88, para efeitos de polícia e fiscalização da caça, ficam submetidas ao regime florestal, obrigando-se a concessionária a manter um guarda florestal auxiliar dotado de meio de transporte.

8.º Esta concessão é renovável, nos termos do disposto no artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 5 de Abril de 1990.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação,
Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Decreto-Lei n.º 141/90

de 2 de Maio

A legislação nacional relativa à permissão do exercício e à atribuição de direitos relativos às actividades de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo encontra-se, ainda hoje, dispersa por variados diplomas, alguns dos quais já desactualizados e desajustados, face à realidade da boa prática da indústria petrolífera.

A actividade de prospecção e pesquisa de petróleo em Portugal teve lugar, com algum significado, na primeira metade dos anos 70, na sequência do primeiro choque petrolífero.

Contudo, a ausência de qualquer descoberta comercial nesse período, conjugada com as condições então